

DATA: 20 de setembro de 2021

HORÁRIO: 9 às 12:30

LOCAL: Hotel São Diego - Av. Alvares Cabral, 1.181 - Lourdes

1 - APROVAÇÃO DE ATA

Conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Consumidores da Cemig, a reunião foi iniciada com a aprovação da Ata da 158ª Reunião do Conselho de Consumidores da Cemig, realizada no dia 05 de agosto de 2021, pelos conselheiros presentes.

2 - ABERTURA - Notícias

O diretor da DCD, se apresentou aos conselheiros, falou do seu histórico no setor de energia elétrica e apresentou também aos conselheiros a nova superintendente de relacionamento comercial, Sra. Roberta Nanini Chauar Rolim e nova secretária executiva do conselho de consumidores da Cemig.

Roberta se apresentou e disse da felicidade em assumir essa função de secretária executiva do conselho de consumidores e se colocou à disposição dos conselheiros.

Marney, apresentou o seu desafio inicial quando assumiu a diretoria de distribuição foi um projeto de desinvestimento fora do estado de minas gerais e a retomada do investimento dentro do estado de minas gerais.

O DEC global da Cemig D atingiu o melhor valor histórico em 2020 e ficou abaixo do limite regulatório, no entanto existe a necessidade da adequação do planejamento das obras e manutenções das redes para enquadramento dos conjuntos, conforme nova metodologia e plano de Resultados da Aneel e apresentou a seguinte estratégia.

- Colocar o cliente no centro, para transformar sua experiência na jornada, investindo em digitalização
- Ser um indutor da expansão do mercado, através do aumento de investimentos, para criar um ciclo virtuoso de expansão da remuneração regulatória e de melhoria do desempenho

- Otimizar gestão da receita potencializando uso de capacidade analítica e dados para atingir níveis de perdas e inadimplência regulatórios
- Elevar eficiência operacional, aplicando soluções inovadoras e tecnológicas para manter custos abaixo da cobertura regulatória
- Ser proativa com o agente regulador, promovendo uma agenda de equilíbrio para o setor elétrico

Marney falou do Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD ciclo 2018/2022, para assegurar o crescimento de mercado e o desenvolvimento do estado de Minas Gerais a Cemig Distribuição prevê investimentos massivos para disponibilidade de Energia, cerca de 7,8 bilhões de reais:

- Na construção de 2.958 km de linhas de distribuição AT (138 kV)
- Implantação de 80 novas subestações (acréscimo de 20%) entre 2018-2022 que agregarão 2.150 MVA de capacidade.
- Instalação de religadores, cerca de 11.000 monofásicos e 2.300 trifásicos.
- Programa de regularização de ligações de comunidades.

Marney, também adiantou aos conselheiros o PDD do ciclo 2023/2027, com um planejamento de investimentos de aproximadamente 14 bilhões no estado, com expectativa de execução dos ativos abaixo:

- Construção de 3.100 Km de linhas de alta tensão;
- Construção de 120 subestações;
- Modernização e digitalização de 190 subestações;
- Desmontagem total de linha obsoletas;
- Construção de dupla alimentação em 125 sedes municipais;
- Expansão de medições inteligentes em 1 milhão de unidades;
- Revitalização e expansão de redes subterrâneas em Belo Horizonte e interior;
- Regularização de distribuição e medição de comunidades clandestinas;
- Conversão de 18.000 km de redes de distribuição monofásicas para trifásicas, atendendo principalmente o setor rural

Após a apresentação do diretor, Aline de Freitas Veloso, representante titular do setor rural, se apresentou ao Marney, agradecendo e elogiando os investimentos apresentados, principalmente aqueles destinados ao setor rural, citou que o setor vive atualmente com várias dificuldades no que diz respeito ao fornecimento de energia elétrica e também sobre a disponibilidade de carga para novos investimentos.

Erick Nilson Souto, representante titular do setor público, questionou sobre a regularização de loteamentos irregulares. Marney, respondeu que essa regularização também conta com a participação dos municípios que irá regularizar a estrutura física das comunidades (ruas, passeios, etc) e a Cemig depois entra com a regularização da rede elétrica.

Carlos Gutemberg, consultor do conselho de consumidores se apresentou ao diretor.

José Luiz Nobre Ribeiro, fez sua apresentação pessoal e elogiou a apresentação do diretor, após perguntou sobre os investimentos em redes inteligentes. Marney, respondeu que primeiro o investimento tem que ser feito em capacidades das redes (infraestrutura) e paralelamente introduzindo essas tecnologias.

Marney, agradeceu a oportunidade de participar da reunião com o conselho e consumidores, pediu licença para se ausentar da reunião em função de outros compromissos.

3 - IMPACTOS DA MP 1031(Privatização Eletrobrás)

Weber Ramos, Analista de Regulação, iniciou sua apresentação demonstrando abaixo a visão geral dos impactos caso a MP seja aprovada:

- Descotização;
- Criação de nova empresa estatal para cuidar de Itaipu, Angra e Proinfa;
- Contratos baseados na Lei 11.943/09 e na Lei 13.182/15 permanecem válidos até o seu término;
- Novos contratos de concessão para as usinas de Tucuruí, Curuá Uma e Peixoto;
- Contratação compulsória de térmicas no regime de Reserva de Capacidade;
- Contratação Compulsória de PCH's nos leilões A-6 e A-5.

Apresentou também as diretrizes gerais:

- Deverá ser assinado um novo contrato de concessão com prazo de 30 anos;
- Descotização será desenhada para ocorrer entre 5 e 10 anos;
- Manutenção dos pagamentos ao CEPEL por 6 anos;
- O Valor Adicionado à Concessão será definido pelo CNPE.
- Pagamento pela Eletrobras ou por suas subsidiárias de bonificação pela outorga correspondente a 50% do valor adicionado à concessão
- Pagamento pela Eletrobras ou por suas subsidiárias, na forma definida CNPE, à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor adicionado à concessão pelos novos contratos;

Após sua apresentação Weber fez suas considerações finais:

- A Eletrobras administra um grande número de empreendimentos de geração cujos contratos de concessão estão sujeitos a diferentes regimes de exploração (Cotas, Itaipu, Angra, Proinfa, Eletrointensivos, etc.);
- A desestatização da Eletrobrás implicará na alteração do regime de exploração de grande parte deste universo de contratos, levando a impactos tarifários que são difíceis de se estimar;
- Estimativas iniciais indicam que o processo de descotização tenderá a elevar o preço da energia para os consumidores finais;
- Medidas adicionais como a prorrogação do PROINFA e contratação compulsória de térmicas e PCH's também tenderão a elevar a tarifa dos consumidores finais;
- Por outro lado, os novos contratos de concessão de Tucuruí e Peixoto, além de um eventual excedente advindo de Itaipu, tendem a reduzir a tarifa dos consumidores finais;

Carlos Gutemberg, apresentou uma sugestão ao conselho de consumidores começar a pensar em estratégias parlamentares senão quando chegar o período da revisão tarifária - RTA, não adianta mais, porque o que deveria ser definido já foi.

Ennia Guedes, representante suplente do setor rural, se pronunciou e se colocou à disposição para tratar dos estudos e análises da MP.

José Luiz, sugeriu que o conselho deveria emitir um posicionamento escrito e enviado aos políticos e entidades federais.

4 - CONSULTA PÚBLICA 018/2021 - Direitos e deveres do usuário do serviço público de distribuição de energia elétrica

As iniciativas da ANEEL no sentido de promover a consolidação dos diversos normativos hoje existentes sobre direitos e deveres dos consumidores estão na direção correta, a nosso ver. Esta consolidação elimina determinações excessivas e às vezes contraditórias, bem como elimina diferenças de tratamento a consumidores que possuem as mesmas características técnicas de atendimento. Também consideramos oportuno que a ANEEL aproveite a presente discussão para solucionar questões regulatórias relativas a:

- o acesso ao sistema de distribuição de energia elétrica: etapas e prazos para conexão, garantias das condições de conexão, ressarcimento de investimentos, ressarcimento na incorporação de redes, carga regulatória-especificações técnicas,
- prazo para solicitação de ressarcimento de danos elétricos
- conserto de equipamento objeto de pedido de ressarcimento de danos elétricos.

No geral, as propostas da ANEEL são favoráveis aos interesses dos consumidores.

5 - OUTROS ASSUNTOS

Juliana Cardoso, Gerente de Relacionamento Comercial, comentou com os conselheiros o lançamento do novo aplicativo da Cemig, com a inclusão de pagamento de contas através de PIX.

6 - ENCERRAMENTO

Sra. Solange Medeiros, agradeceu a presença de todos, agradeceu também a participação de todos nos trabalhos ao longo do ano de 2021 e encerrou a reunião.

Pela Classe Residencial

Titular: Solange Medeiros de Abreu _____

Suplente: Lúcia M. S. Pacífico Homem _____

Pela Classe Industrial

Titular: José Luiz Nobre Ribeiro _____

Suplente: José Ciro Mota _____

Pela Classe Comercial

Titular: José Geraldo Oliveira Motta _____

Suplente: Helton Andrade _____

Pela Classe Rural

Titular: Aline de Freitas Veloso _____

Suplente: Ennia Rafael de Oliveira Guedes Bueno _____

Pela Classe Poder Público

Titular: Erick Nilson Souto _____

Suplente: Tadahiro Tsubouchi _____

Consultor:

Carlos Alvim Gutemberg _____

Pela Cemig - Secretária Executiva

Titular: Roberta Nanini Chauar Rolim _____

Suplente: Juliana Cardoso Amaral _____